



23 ABR 1999

ESTADO DE SÃO PAULO

Dida Sampaio/AE

Pedro Malan: "Não teremos a volta do descalabro da inflação"

Géconomia - Brasil Não haverá retração nem inflação elevada, diz Malan

Para ministro da Fazenda, alta dos preços não voltará com a força imaginada em janeiro

LU AIKO OTTA
e SORAYA DE ALENCAR

BRASÍLIA - A retração econômica este ano não será tão profunda nem a inflação voltará com a força imaginada no início do ano, declarou ontem o ministro da Fazenda, Pedro Malan, durante o lançamento no Brasil da publicação *Global Development Finance 1999*, do Banco Mundial (Bird). Na primeira aparição em público após o início da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos bancos, o ministro limitou-se a falar do relatório, negando-se a comentar outro assunto.

Para Malan, os analistas econômicos estão reavaliando os custos da transição após a crise que culminou na desvalorização do real ante o dólar. "Não teremos a volta do descalabro da inflação", afirmou. O mesmo ocorre com as estimativas sobre o crescimento econômico, que estão sendo revistas para melhor, acrescentou. "Teremos dificuldades, mas será um processo menos intenso e não tão longo quanto se imaginava."

Na avaliação de Malan, a crise financeira mundial ainda não foi totalmente superada, e "ficará conosco por mais algum tempo." Ele ressaltou o ponto do relatório do Bird que aponta a moratória da Rússia como uma nova e importante fase da crise, com redução dos fluxos de empréstimos e investimentos em carteira por meio de bônus.

"O mundo mudou, infelizmente para pior", disse. Malan explicou que o fluxo de investimentos estrangeiros diretos, sobretudo para o Brasil, se mantiveram estáveis apesar da crise. Em 1998, o País foi o quarto principal destino de investimentos. Recebeu US\$ 26 bilhões.

Lições - O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Edward Amadeo, disse que o efeito-contágio da crise na Ásia foi bem maior do que os reflexos da crise brasileira em outros países. Na sua opinião, isso se deveu a uma mudança no comportamento dos agentes econômicos, que se tornaram mais conservadores.

"Se isso foi ruim do ponto de vista dos países individualmente, devido à redução das fontes de capital, do ponto de vista sistêmico o risco ficou menor", afirmou. "Talvez esse seja um exemplo de auto-regulação dos mercados." Amadeo disse que a crise evidenciou diferenças entre os países em desenvolvimento entre si.

O Brasil, por exemplo, diferenciou-se pela orientação de sua política econômica, com uma clara opção pela manutenção da estabilidade. "Mesmo durante o episódio da desvalorização cambial, cujos primeiros dias foram violentos, o governo colocou a estabilidade como objetivo da política econômica, porque entendeu que a estabilidade é

um pré-requisito para o crescimento", disse.

Outra vantagem do Brasil foi a transparência nas informações sobre a economia local e a estrutura institucional mais consolidada. "Se olharmos para Indonésia e Rússia, por exemplo, não é descabido dizer que a criação de instituições é um elemento importante", afirmou. O Brasil beneficiou-se por haver adotado há algum tempo uma regulação dos mercados financeiros, por manter um bom relacionamento entre Executivo, Legislativo e Judiciário e por preservar a democracia. "Isso cria credibilidade a longo prazo", disse o secretário.

Na opinião de Amadeo, a principal lição da crise para o Brasil é a necessidade de promover o ajuste fiscal. Ele disse que, enquanto a crise asiática foi causada por uma bolha especulativa de investimentos, a crise brasileira foi provocada por problemas em seu balanço de pagamentos. "Elas ocorreu em grande medida devido ao cenário internacional, porque este mudava num ritmo incompatível com o das mudanças estruturais no Brasil, particularmente com relação à política fiscal", comentou.

O economista-chefe do Citicorp, Carlos Kawall, disse que a transparência nas contas públicas

brasileiras é mais avançada em comparação com diversos outros países, o que em alguns momentos acabou sendo prejudicial ao País, pois os resultados aparentavam uma situação pior do que a de países cujas contas públicas são menos completas.

O representante do Bird no Brasil, Gobind Nankani, concordou com a

observação. "Vários países, ao contrário do Brasil, não incluem as contas dos Estados em suas estimativas de resultado fiscal", explicou.

Social - Kawall disse ainda que, apesar das dificuldades que trouxe, o saldo do processo de abertura dos mercados financeiros é positivo. "Mas, há uma certa frustração com relação aos benefícios trazidos para a população em geral", observou.

"Todo esse esforço na área fiscal precisa se refletir em melhora na qualidade dos gastos sociais." O ponto também foi levantado por Gobind Nankani que, ao comentar as reformas estruturais que ainda precisam ser adotadas pelo Brasil, disse que será necessário discutir, em breve, o relaxamento na rigidez dos gastos públicos, para beneficiar mais a área social.

Nankani disse ainda que as perspectivas para o crescimento do Brasil são positivas e o País elevará seu Produto Interno Bruto (PIB) em 4% em 2000. O diretor do Departamento de Perspectivas de Desenvolvimento do Bird, Uri Dadush, acredita que a demanda mundial começará a crescer ainda neste ano, embora lentamente. Ela será impulsionada, segundo acredita, pela redução nas taxas de juros dos países industrializados, o início da recuperação da economia japonesa e dos demais países asiáticos e à volta gradual dos fluxos de capital para as economias emergentes.

ECONOMISTA
DO CITICORP
ELOGIA
TRANSPARÊNCIA
DAS CONTAS
PÚBLICAS
DO BRASIL